

RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

CONGRESSO NACIONAL

Plenário – 12/07

Acordo entre governo e oposição garantiu a deliberação sobre apenas cinco dos 26 vetos previstos na pauta da sessão do Congresso Nacional — marcada para quarta-feira (12), às 14h. Também devem ser apreciados sete projetos de lei do Congresso Nacional (PLNs), todos deste ano. Os demais vetos serão enfrentados na primeira sessão do Congresso no segundo semestre deste ano, o que deverá vir a ocorrer entre o fim de agosto e início de setembro, segundo o senador.

Entre os vetos acordados para deliberação, por serem os "menos controversos", está o VET 63/2022 à Lei 14.513, de 2022, que dá ao governo mais flexibilidade para remanejar recursos. A lei decorre do PLN 39/2022, aprovado no Congresso em dezembro do ano passado.

Já acerca dos projetos pautados, destaca-se o PLN 7/2023, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 5,3 milhões.

Resultado: O Congresso Nacional aprovou nesta quarta-feira (12) sete projetos de lei com mudanças no Orçamento da União deste ano (Lei 14.535, de 2023). Um deles garante o reajuste salarial de 18% para as forças de segurança do Distrito Federal. Os outros seis criam créditos suplementares e especiais para o orçamento.

Créditos suplementares são aqueles que reforçam dotações já previstas na lei orçamentária. Já os créditos especiais criam novas dotações. Em ambos os casos, o crédito precisa ser compensado com o cancelamento de despesa no mesmo valor.

Entre os PLNs está a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 5.381.500 para a Justiça Federal e o Ministério Público da União (MPU). No âmbito do Ministério Público da União, os

recursos, no total de R\$ 2 milhões, serão usados na execução da segunda etapa da obra de construção do edifício-sede da Procuradoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro. O PLN 7/2023 segue para sanção.

CPMI de 8 de janeiro – 11/07 - 09h - Plenário 02

A comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI) que investiga os ataques golpistas do dia 8 de janeiro vai ouvir nesta terça-feira (11) o tenente-coronel Mauro César Barbosa Cid, que foi ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro. Cid é suspeito de articular uma intervenção militar contra o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) após as eleições do ano passado, em que Bolsonaro não conquistou um segundo mandato. Ele está preso desde 3 de maio, acusado de fraudar cartões de vacinação.

A oitiva de Mauro Cid estava prevista para a última terça-feira (4), mas o encontro da CPMI foi adiado devido ao calendário de votações na Câmara dos Deputados (a comissão é composta tanto de deputados quanto de senadores).

Resultado: Amparado por um habeas corpus, o tenente-coronel Mauro César Barbosa Cid, decidiu não responder aos questionamentos dos membros da CPMI do 8 de Janeiro. Por mais de oito horas de inquirições e trajando a farda do Exército, o militar repetiu diversas vezes, na reunião desta terça-feira (11), que recorreria ao direito de permanecer em silêncio já que é alvo de oito investigações por parte do Poder Judiciário, principalmente pelo Supremo Tribunal Federal (STF). No entanto, afirmou que não tinha nenhuma ingerência em demandas encaminhadas a ele pelo presidente e seu entorno, declarando que, no trabalho de ajudante de ordens, não tinha qualquer poder de decisão. Mauro Cid se calou sobre supostas conexões com participantes dos ataques ou com os financiadores dos atos golpistas.

Diante do silêncio do tenente-coronel Mauro Cid na oitiva de terça-feira (11), a CPMI do 8 de Janeiro decidiu acionar a 10ª Vara da Justiça Federal de Brasília contra o ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro. Na representação protocolada nesta quinta-feira (13) por meio da Advocacia do Senado, o colegiado aponta que o militar abusou do direito ao

silêncio e, portanto, teria cometido o delito de “calar a verdade como testemunha”. Para assistir a sessão da CPMI, [clique aqui](#).

SENADO FEDERAL

Plenário – 11 e 12/07

No Plenário do Senado, poderão ser deliberados, entre outros:

- PL 1438/2022, que Autoriza a ozonioterapia no território nacional.
- PL 1096/2019, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para proibir vínculo empregatício ou relação de trabalho entre igrejas e ministros de confissão religiosa.
- PL 5649/2019, que Altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para proporcionar acesso a bolsas de pesquisa, desenvolvimento, inovação e intercâmbio a alunos, docentes, ocupantes de cargo público efetivo, detentores de função ou emprego público e pesquisadores externos ou de empresas efetivamente envolvidos nessas atividades.

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

Resultado: Esta semana o Senado aprovou diversos projetos no foco no setor educacional. Entre eles, o PL 1.372/2022, que determina que o Poder Executivo crie o Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas, em articulação com os estados, municípios e o Distrito Federal. O Plenário também aprovou o projeto (PL 2.617/2023) que cria o Programa Escola em Tempo Integral, pelo qual a União vai financiar a abertura de vagas em período integral nas escolas de educação básica, por meio de transferências para estados e municípios. Já a Comissão de Educação (CE) aprovou projeto (PL 445/2023) que proíbe a realização de atividades de recepção de novos estudantes em instituições de educação superior que envolvam coação, agressão, humilhação ou qualquer outra forma de constrangimento, os chamados trotes vexatórios.

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) - 11/07 - 9h30 - Plenário 02

Reunião para realização de sabatinas das indicações para o CNMP e CNJ:

- **ITEM 1 - OFS 3/2023:** Paulo Cezar dos Passos, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados.
- **ITEM 2 - OFS 4/2023:** Fernando da Silva Comin, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados.
- **ITEM 3 - OFS 5/2023:** Ivana Lúcia Franco Cei, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados.
- **ITEM 4 - OFS 7/2023:** Jaime Cassio Miranda, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público Militar.
- **ITEM 5 - OFS 8/2023:** Moacyr Rey Filho, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- **ITEM 6 - OFS 9/2023:** Ângelo Fabiano Farias, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público do Trabalho.
- **ITEM 7 - OFS 10/2023:** Antônio Edílio Magalhães Teixeira, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público Federal.
- **ITEM 8 - OFS 11/2023:** Pablo Coutinho Barreto, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Ministério Público da União.
- **ITEM 9 - OFS 12/2023:** João Paulo Santos Schoucair, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Ministério Público estadual.
- **ITEM 10 – MSG 35/2023:** Igor Roberto Albuquerque Roque, Defensor Público Federal, para exercer o cargo de Defensor Público-Geral Federal da Defensoria Pública da União, na vaga decorrente do término do mandato de Daniel de Macedo Alves Pereira

Resultado: A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou nesta terça-feira (11) a indicação de sete nomes para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), dois para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e um para o cargo de defensor público-geral federal da Defensoria Pública da União. De acordo com o presidente do Senado, as indicações deverão constar na pauta do Plenário na primeira semana de agosto.

CPI das ONGs – 11/07 - 11h - Plenário 06

Está marcada nova reunião da comissão parlamentar de inquérito que investiga atividades de organizações não governamentais financiadas com dinheiro público na região da Amazônia (CPI das ONGs). Na primeira parte, está prevista a análise de requerimentos. Em seguida, os senadores ouvirão o ex-deputado federal e ex-ministro Aldo Rebelo, que falará na condição de convidado.

Entre os requerimentos está um que pede à Polícia Federal a disponibilização de um delegado federal para dar apoio técnico investigativo à CPI. Outro requerimento é um convite ao antropólogo francês e fundador da ONG Comissão Pró-Yanomami, Bruce Albert. E ainda há o requerimento para que a comissão ouça o fundador do movimento "Garimpo é legal", Jailson Reis de Mesquita.

Resultado: A CPI das ONGs ouviu nesta terça-feira (11), como convidado, o ex-deputado federal e ex-ministro Aldo Rebelo. Ele criticou a atuação das ONGs na região e o "papel perigoso" delas como um "Estado paralelo de comando na região". Também defendeu que elas não recebam dinheiro do Fundo Amazônia e afirmou que instituições como a Funai transferiram para essas organizações as atribuições do governo. Para assistir a sessão, [clique aqui](#).

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 11 a 13/07

Pauta da semana não divulgada.